

UMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL DA SUBJETIVIDADE*

A HISTORICAL CULTURAL PERSPECTIVE ON SUBJECTIVITY

Geisa Nunes de Souza Mozzer, da Universidade Federal de Goiás

RESUMO

O presente artigo busca resgatar a discussão da relação indivíduo/sociedade, social/individual, interno/externo, procurando apresentar uma concepção de subjetividade que busca superar essa relação dicotômica. A partir deste contexto, o artigo discute a subjetividade como processo histórico, abordando temas como personalidade, sujeito, subjetividade social e sentido subjetivo numa perspectiva histórico-cultural.

Palavras chave: Psicologia histórico-cultural. Subjetividade. Personalidade. Sentido Subjetivo

A SUBJETIVIDADE COMO SISTEMA HISTÓRICO

Rey (2002) traça um histórico do primeiro período do desenvolvimento da psicologia que julgo ser importante para a compreensão dos caminhos percorridos por essa ciência e das conseqüências desses caminhos no estabelecimento do pensamento psicológico. Para o autor, a consciência foi um dos primeiros interesses da psicologia no início do século XX, porém, os estudos nessa área a apresentavam mais como uma entidade constituída por funções concretas do que como um sistema complexo de natureza subjetiva. Ainda segundo Rey (2003), a psicologia de Wundt, apesar de sua orientação experimental, representou um avanço para os estudos das funções psíquicas. Sendo assim, podemos concluir que Wundt se limitou ao caráter hegemônico do experimento e considerou a psicologia experimental como um dos campos do conhecimento psicológico. Contudo, os processos complexos do pensamento bem como os processos mentais e sociais não eram suscetíveis ao método experimental, para os quais deveria haver um campo específico da psicologia - a "*Volkerpsychologie*". Essa preocupação de Wundt fica visível em toda a extensão de sua obra, em que entende existir diferença entre o conceito de causalidade física e psíquica.

Figueiredo (1991) afirma que, apesar de Wundt avançar bastante no estudo da ciência psicológica, ele não pôde explicar a origem social da consciência, não a incluindo como objeto da *Volkerpsychologie*. Wundt não integrou o conceito de consciência com a cultura, limitando o estudo das funções primárias da primeira ao experimento e reservando sua *Volkerpsychologie* ao estudo dos produtos mentais que são criados pela comunidade, através da religião, da linguagem e dos mitos. Ao fazer essa divisão, manteve os marcos da dicotomia cartesiana, não chegando a explicar a origem social da consciência, embora deixe claro seu interesse pelas formas de vida coletiva e pela aproximação da psicologia a outras ciências sociais. Assim, Wundt considerou a importância do 'histórico' para o desenvolvimento da psicologia como ciência, mas não traçou as vias pelas quais este 'histórico' se converte em psíquico e vice-versa.

* Artigo recebido em 23/06/2009 e aprovado em 21/08/2009.

A visão histórica de Wundt foi, para Rey (2002), um antecedente vigoroso para a definição do caráter histórico dos processos psíquicos complexos do homem, os quais são vistos, por Rey, como produção subjetiva. Outro aspecto observado por Rey na psicologia de Wundt é que a atividade de investigação implicava um salto do experimento para o nível teórico. Para Wundt, o estudo da causalidade psicológica deveria realizar-se com sujeitos capazes de expressar uma informação introspectiva, pois a causalidade psicológica somente operava a partir de uma experiência humana consciente e complexa.

Apesar do papel de Wundt no surgimento da psicologia como ciência independente, o auge das ciências naturais impulsionou, principalmente nos Estados Unidos, um modelo de ciência que dominou a forma através da qual os discípulos norte-americanos de Wundt desenvolveram suas idéias. Assim, a orientação experimental no estruturalismo de Titchener manifestou uma franca tendência ao positivismo no qual se destacava o caráter contemplativo das práticas experimentais. Desta forma, o modelo de uma ciência psicológica baseada em provas empíricas foi, segundo Rey (2002), distanciando-se cada vez mais das inquietações teóricas de seu fundador e do cenário alemão no qual a psicologia surgiu. Essa associação ao contexto norte-americano marcou o aparecimento da psicologia moderna, o que debilitou seu caráter acadêmico e fortaleceu sua orientação prática. Dessa forma, a psicologia ocidental foi adotando uma coloração fortemente influenciada pelo funcionalismo, que compreendia a consciência como um instrumento de adaptação, e pelo pragmatismo - busca de uma utilidade prática para o conhecimento.

Outras tendências também influenciaram a psicologia nos Estados Unidos no início do século XX, tais como o uso de instrumentos para medir traços característicos de populações na elaboração de leis que orientassem automaticamente a evolução das espécies, explicando de forma geral o comportamento de grandes populações. Segundo Rey (2002), essas influências fizeram com que nascesse uma psicologia mais comprometida com as exigências do mercado do que com a produção teórica.

Em 1913, ao inaugurar o termo 'behaviorismo' Watson cria uma psicologia com uma representação condutivista e puramente objetiva. Assim, o condutivismo de Watson rompe com o funcionalismo de Dewey e com o estruturalismo de Titchener, entendendo que ambos seguiam concebendo a consciência como objeto de estudo da psicologia. Na nossa opinião, Skinner avança ao propor o condutivismo radical, que rompe com o determinismo mecanicista de Watson, mesmo mantendo uma metodologia positivista.

Para Rey (2002), essa hipertrofia do aspecto metodológico institucionalizou-se em uma visão estreita, governada por um absoluto predomínio do empírico e do instrumental que entendia categoricamente como não-científico o teórico e o qualitativo, reforçando a fragmentação da psicologia. O autor cita estudos de vários pesquisadores na Europa (Fechner, Binet, Ebbinghaus, dentre outros) que começaram a elaborar sistemas teóricos que não abarcaram as oposições criativas no campo psicológico. Este fenômeno implicou numa proliferação do que o autor chama de seitas praticamente incomunicáveis que dominaram o panorama da psicologia no século XX.

O condutivismo, porém, estava longe de ser uma teoria monolítica e acabou convertido em uma complexa família de teorias. No entanto, Watson avançou no sentido de considerar o meio como importante no desenvolvimento do homem. Skinner, ao apresentar o conceito de condicionamento operante, abre a possibilidade de se entender o psíquico enfatizando o processual, o histórico, no nível das contingências produzidas na história do comportamento. No entanto, Skinner nega a definição da

psique como qualitativamente diferente da dimensão comportamental e mantém o comportamento ligado a contingências provenientes do meio físico.

Rey (2002) continua sua análise afirmando que, apesar da institucionalização objetivista e instrumental da psicologia norte-americana, a partir do condutivismo, surge, entre os defensores do pragmatismo filosófico, uma corrente orientada para a superação da dicotomia entre o social e o individual; entre uma psicologia de base empírico-instrumental e uma de base teórico-dialética.

Na Europa, a tradição acadêmica manteve-se com maior força do que na psicologia norte-americana. A Gestalt foi um dos sistemas teóricos europeus que mais influenciou a psicologia moderna. Esse sistema aparece como uma reação ao atomismo e em defesa da integridade dos fenômenos psicológicos.

A compreensão funcional e sistêmica do comportamento humano, dentre outras características da Gestalt, encontra continuidade nos trabalhos de Vigotski e Rubinstein, na Rússia. O conceito de campo psicológico e solução de problemas da Gestalt aplica-se também, segundo Rey (2002), aos estudos da criatividade, da psicologia social e de uma teoria da personalidade que compreende o ser humano no campo de suas experiências. Concepção que começou com Lewin e que tomou força com os estudos de Carl Rogers. (1902-1987).

A essa altura de sua análise, Rey (2002) confere um lugar de destaque à psicanálise, reconhecendo a importância de Freud e da família das teorias psicanalíticas para o estudo do tema da subjetividade em psicologia. A psicanálise, porém, aparece como uma teoria que enfrenta os problemas derivados da clínica, porquanto é entendida como momento fundador da psicologia clínica.

Rey (2002) afirma que conceitos centrais da psicanálise como o complexo de Édipo, por exemplo, têm importantes conseqüências para o estudo da subjetividade: em seu potencial dinâmico, os processos psíquicos nutrem-se de experiências que não estão associadas diretamente ao conteúdo específico de uma função concreta. Apesar de esta idéia não estar na intenção teórica de Freud, ela aparece e ganha força a partir do complexo de Édipo. Não se pode, no entanto, pensar uma teoria da subjetividade atada a formas de subjetivação ou a estruturas psíquicas invariáveis, pois esta 'coisificação' da compreensão do psíquico é a antítese da subjetividade como sistema histórico em permanente evolução.

Outra grande contribuição da psicanálise corresponde à sua epistemologia, ou seja, seu corpo teórico. Assim, uma teoria bem estruturada apresenta, pela primeira vez, o aspecto psicológico da enfermidade. As elaborações de Freud sobre a doença conduzem a uma ampliação do próprio conceito de doença que, a partir daquele momento, nunca mais deixará de estar associado ao psiquismo (FADIMAN; FRAGER, 1986).

Outro ponto importante da contribuição de Freud foi a utilização do estudo de casos como o momento empírico de sua produção científica, o que levou a uma evolução de seu pensamento no decorrer de sua obra. Freud rompe, assim, com uma barreira que até hoje persiste no campo da psicologia.

Além disso, a psicanálise freudiana deu origem à família de teorias psicanalíticas, tais como, a teoria de Adler, Jung e posteriormente Fenichel, Rank e Lacan, dentre outras propostas. Aparece, assim, a primeira intenção de explicar os fenômenos psíquicos a partir da personalidade, constituída por diferentes formas de experiências sociais do sujeito, mesmo que essas experiências sejam somente de natureza sexual.

Rey (2002) considera como um momento de particular desenvolvimento para a psicanálise a teoria de J. Lacan, que subordina o mundo psíquico a um domínio essencialmente simbólico, organizado pela linguagem. Assim, Rey considera um avanço na teoria lacaniana o fato de ele ter institucionalizado a linguagem como constituidora do sujeito e o fato de atribuir-lhe um lugar essencial na organização da realidade social por parte do sujeito. Dessa forma, o sujeito representa uma expressão passiva da ordem superior da linguagem. Com essa concepção, Lacan subordinou toda a vida psíquica à natureza simbólica da linguagem, na qual a organização subjetiva passou a ser identificada com a linguagem. A obra de Lacan influenciou estudos de vários pensadores franceses como Foucault, Althusser, Pecheux e Barthes.

Ainda fazendo uma análise histórica dos caminhos percorridos pela psicologia, a perspectiva humanista resgatou o indivíduo como sujeito ativo e criativo, capaz de assumir posições diante das situações que enfrenta. O humanismo nos apresenta um sujeito capaz de autodeterminar-se, autorrealizar-se e atualizar-se. Porém, o que pode ser superado, algo que os autores humanistas não conseguiram, é a representação dos conteúdos inconscientes como suscetíveis de aparecer integralmente numa representação consciente. Na opinião de Rey (2002), o humanismo representa um momento importante na história dos estudos da subjetividade por sua aproximação histórico-social aos processos de subjetivação humana. Todos os autores humanistas, em maior ou menor grau, são sensíveis à significação do social no desenvolvimento do psiquismo. No entanto, muitos deles mantêm-se presos à questão da natureza universal do homem. O autor admite, portanto, que o humanismo discute processos essencialmente humanos que foram ignorados pelas outras correntes e, metodologicamente falando, aceita o desafio de seu estudo. Para Rey, o humanismo representa a teoria que mais avançou no questionamento do *status* metodológico dominante na psicologia.

Era essa a situação da psicologia no início do século XX, contexto no qual viveu Vigotski (1896-1937). Nesse contexto, o referido autor acreditava que havia de se construir uma psicologia científica que, sem perder de vista a premissa essencial de um fundamento metodológico comum a toda ciência da natureza, fosse capaz de dar conta das criações da cultura (arte, costumes, dentre outros). Com este intuito, dedicou a maior parte de seus esforços à tarefa de construir uma nova psicologia; uma psicologia que entendesse o homem inserido em seu contexto social e que fosse coerente com os conceitos marxistas.

A obra de Marx está muito imbricada numa nova visão do homem, cujo destino não está associado somente ao exercício da razão. Para Marx, o homem aparece numa situação social que o aliena de sua produção, rompendo com a idéia de que o esforço pessoal leva ao desenvolvimento individual crescente.

A teoria de Vigotski foi a base que inspirou Rey (1998, 2002, 2004, 2005 e 2007) a desenvolver sua concepção de subjetividade.

UMA CONCEPÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL DA SUBJETIVIDADE

Para Rey (2004), as teorias do desenvolvimento, desde os psicanalistas até os cognitivistas, de modo geral, “ignoram o sujeito que se desenvolve, assim como os contextos sociais e culturais diferenciados nos quais o desenvolvimento acontece.” (REY, 2004, p.2). Para ele, mesmo as pesquisas de Vigotski, que marcam o aspecto cultural, priorizam a mediação dos signos e instrumentos da cultura no desenvolvimento

das funções psíquicas, que produzem um espaço semiótico na relação da criança com o meio (MALUF; MOZZER, 2000). Esse fato, na opinião de Rey (2004), reduz estes estudos ao aspecto cognitivo e “não chega a desenvolver um conceito do outro como sujeito complexo que aparece associado a um posicionamento afetivo nas relações”, fato que “leva Vigotski a considerar o outro mais em uma perspectiva instrumental do que relacional” (REY, 2004, p.5).

A concepção de subjetividade assumida neste estudo busca apreender a complexidade dialética da *psique* humana. Essas reflexões críticas sobre a perspectiva histórico-cultural de Vigotski bem como sobre outros eixos de produções teóricas dela derivadas, como, por exemplo, a teoria da atividade de Leontiev (1978), foram, segundo Martínez (2004), elementos fundamentais na constituição de uma cosmovisão da *psique* que podemos considerar uma teoria da subjetividade na perspectiva histórico-cultural.

Para Rey (1999), a subjetividade é entendida como uma realidade do ser humano; como um sistema de significações e sentidos constituídos nas relações que o sujeito, nos mais variados estágios do desenvolvimento, estabelece no seu contexto social. Não um sujeito abstrato, mas um sujeito datado, histórico, que tem vontade e age de forma consciente.

Nas palavras dele, “subjetividade é a organização dos processos de sentido e de significação que aparecem e se organizam de diferentes formas e em diferentes níveis no sujeito e na personalidade, assim como nos diferentes espaços sociais em que o sujeito atua.” (REY, 1999, p.108)

É ainda em Rey (2002) que se encontra o conceito:

A subjetividade é um sistema complexo de significações e sentidos subjetivos produzidos na vida cultural humana, e ela se define ontologicamente como diferente dos elementos sociais, biológicos, ecológicos e de qualquer outro tipo, relacionados entre si no complexo processo de seu desenvolvimento. (REY, 2002, p.37)

E, numa elaboração mais recente do conceito, Rey (2005), afirma que subjetividade é “um sistema complexo capaz de expressar através dos sentidos subjetivos a diversidade de aspectos objetivos da vida social que concorrem em sua formação.” (REY, 2005, p. 19)

Nessa perspectiva, a subjetividade possui diferentes formas de expressão e organização. Formas mais simples e menos elaboradas ou formas mais complexas, mais sistêmicas e orgânicas, como por exemplo, a subjetividade manifesta numa resposta sobre os projetos profissionais de uma pessoa. Isso significa que a subjetividade não é homogênea. Por outras palavras, a subjetividade possui formas muito complexas e diferentes de se expressar e não se caracteriza por estruturas internas invariáveis que permitam construções universais sobre sua natureza. Mas ela é flexível, versátil e complexa, o que permite que o homem seja capaz de gerar processos que modificam seu modo de vida, o que por sua vez permite a reconstituição da subjetividade, tanto no nível social como no nível individual. (REY, 2002). Nesse sentido é que o autor entende a subjetividade como processual, plurideterminada, contraditória, em constante movimento e com um papel essencial nas diferentes opções do sujeito.

Outro aspecto que julgo ser interessante ressaltar é que, para Rey e Martínez (1989), não podemos dizer que tudo que compõe o psiquismo do sujeito faz parte da subjetividade. Por exemplo, os aspectos biológicos, neurológicos e físicos estão relacionados e interferem na constituição da subjetividade, mas não se coincidem com ela. Qualitativamente, o psiquismo tem outras leis e obedece a outras lógicas, que podemos considerar, no nosso ponto de vista, menos variáveis e mais naturais. Contudo,

a subjetividade é singular, única, complexa e sistêmica, composta por diferentes formações psicológicas ligadas entre si, cujo conteúdo e expressão funcional se manifestam ao mesmo tempo, mas de formas diferentes, possuindo sentidos psicológicos diferenciados. Tais sentidos são gerados de acordo com o subsistema ou a configuração psicológica da qual fazem parte e se manifestam na forma através da qual o sujeito vê o mundo, pensa sobre a realidade e age sobre ela. (REY, 2005)

Assim, para esses autores, o subjetivo não é constituído somente daquilo que diferencia um sujeito do outro, nem, como já foi dito, se confunde com todos os processos psíquicos do sujeito. A subjetividade é mais ampla que o biológico e o social, apesar de que, tanto um como o outro, constituem condições para a sua existência (MARTÍNEZ, 2005). Por exemplo, uma operação matemática automatizada faz parte do psicológico por envolver funções psíquicas, como a memória, inteligência, atenção voluntária, dentre outros processos, mas não faz parte da subjetividade tal como é concebida por Rey. Assim, faz parte do psiquismo da pessoa tudo aquilo que se relaciona com estas funções especificamente humanas. Porém, a subjetividade é mais ampla e qualitativamente diferente do psiquismo. Como no caso da operação matemática, existem processos psicológicos automatizados que não correspondem ao que se entende aqui por subjetividade. Podemos afirmar, então, que nem tudo que é psicológico do sujeito faz parte da subjetividade. Segundo Martínez (2005), na sua interpretação da perspectiva de subjetividade de Rey,

uma das principais confusões, derivada da utilização da categoria subjetividade no senso comum, é a sua utilização como sinônimo do psicológico, o que faz com que se perca, no meu ponto de vista, seu valor heurístico para a compreensão das formas qualitativamente diferentes em que o psicológico aparece no homem, diferentemente de outras espécies no mundo animal. (MARTÍNEZ, 2005, p.15)

Continua seu raciocínio, afirmando:

A teoria de Rey foge de toda tentativa reducionista no sentido de que defende o caráter ontológico da subjetividade como forma qualitativa de existência do real irreduzível a outros níveis do real, como o biológico e o social. Mesmo que o biológico e o social constituem condições para a existência da subjetividade, esta, na sua especificidade qualitativa, não é redutível a nenhum desses níveis, e suas formas de organização e funcionamento têm uma qualidade diferenciada que não possibilita que a compreensão dos fenômenos dessas ordens seja suficiente para seu conhecimento. (MARTÍNEZ, 2005a, p.21)

A concepção histórico-cultural da subjetividade tem, portanto, implicações na construção do conhecimento psicológico contemporâneo, pois rompe com a representação da *psique* como processo natural e como conjunto de entidades estáticas individuais e universais.

PERSONALIDADE E SUJEITO:

Sob essa perspectiva teórica, a personalidade aparece como constituinte da processualidade do homem, deixando ser entendida como categoria interna do indivíduo, mas constituída por configurações de sentidos subjetivos produzidos pelo sujeito no curso de sua atividade e que apresenta certo nível de estabilidade.

A categoria personalidade é definida por Rey (2004b) como uma organização sistêmica dos conteúdos psíquicos que apresenta uma relativa estabilidade. Essa organização caracteriza a expressão integral do sujeito em sua função de regulação e auto-regulação do comportamento. Nas palavras do autor, personalidade é

uma organização sistêmica, viva e relativamente estável das diferentes formações psicológicas e seus sistemas de integrações funcionais de seus conteúdos que participam ativamente nas funções reguladoras e auto-reguladoras do comportamento, sendo o sujeito quem exerce estas funções. Ele está constituído por elas e, de forma simultânea, é constituinte delas. (REY, 2004, p.72)

Para esse autor, a personalidade é uma expressão da subjetividade e, à medida que se constitui, vai adquirindo uma forma relativa de estabilidade. Quando o autor se refere a uma organização sistêmica quer dizer que a personalidade é dinâmica e complexa. É a organização de um conjunto de conteúdos psicológicos cuja função principal é a regulação e auto-regulação do comportamento do sujeito.

Essa estabilidade não é completa porque a personalidade é dinâmica, complexa e mutável durante o desenvolvimento humano. A personalidade é, sob essa ótica, a organização de um conjunto de elementos subjetivos - conteúdos psicológicos. Os elementos de construção da personalidade podem ser, segundo Rey e Martínez (1989), elementos estruturais - conteúdo da personalidade; e funcionais - como operam esses conteúdos.

Na concepção desses autores, o elemento estrutural da personalidade é integrado por elementos psicológicos, determinados em três níveis:

- a) *Unidades psicológicas primárias*: possuem diferentes tipos e níveis de complexidade. São traços característicos da personalidade, atitudes, os motivos, normas, valores, ou seja, unidades que se expressam diretamente no comportamento. Estes, porém, não são os únicos conteúdos da personalidade, tampouco os mais importantes, pois qualquer traço psicológico tem uma expressão comportamental num determinado contexto;
- b) *Formações motivacionais*: projetos, ideais, concepção de mundo; um conjunto de motivos mediado pelas operações cognitivas do sujeito;
- c) *Sínteses reguladoras*: configurações ou subsistemas que integram, de forma simultânea, outros elementos e formações.

As unidades psicológicas primárias fazem parte da personalidade de uma pessoa, no entanto, elas entram em configurações que podem variar de acordo com o seu sentido psicológico. Assim, pode-se até traçar o perfil psicológico de um determinado sujeito, por exemplo, quão agressiva, sociável, introvertida a pessoa é. Porém, essa é apenas uma noção da personalidade do indivíduo com relação a um determinado contexto. Podemos, por exemplo, observar que, num determinado momento, uma pessoa que é tida como covarde, pode vir a agir como uma pessoa corajosa pelo sentido subjetivo de vida que ele possui naquele momento de sua ação. Assim, nas palavras de Rey (1995), “as unidades psicológicas primárias (traços, atitudes e outras) são psicológicas, no entanto entram em configurações, dentro das quais seu sentido psicológico pode variar.” (REY, 1995 p.59)¹

Podemos afirmar, então, que alguns testes, como, por exemplo, HTP, Rorschach e PMK², que traçam o perfil da personalidade de uma pessoa, permitem descrever as características mais comuns da pessoa, mas podem não explicar como elas atuam em relação à conduta, o que pode variar. O fato é que o sujeito não atua só em função dos traços que tem, mas em função de projetos, ideais e concepção de mundo, que também são elementos constituidores da personalidade entendida como forma de organização da

subjetividade individual. A este conjunto de idéias, Rey e Martínez (1989) chamaram de ‘formações psicológicas ou motivacionais’, que comporiam as formas de organização da subjetividade social.

Em sua base motivacional, as formações psicológicas apóiam-se em motivos que ocupam um lugar elevado na estrutura motivacional da personalidade, o que denominamos tendências orientadoras, que aglutinam, dentro de um mesmo sistema de sentido, outras necessidades e motivações menos específicas e de menor hierarquia, que encontram sua via de expressão nestas formações psicológicas. (REY, 1989 p.29).³

Portanto, o que determina a ação ou a conduta do indivíduo são as formações motivacionais e não o traço em si. Essas formações são reguladoras do comportamento. No exemplo que se segue, Rey (1995) destaca a relação orgânica que se estabelece entre a subjetividade e o social, através do estado atual do sujeito em seu sistema de relações.

[...] se a comunicação com os pais se deteriora, o sentido subjetivo de insegurança poderia mudar e aparecer diante do sujeito a vivência de uma dependência irracional, temor à separação, ansiedade etc., como expressão do novo sentido psicológico do mesmo elemento, implicado numa configuração subjetiva diferente (REY, 1995 p.60)⁴.

Ao tratar das sínteses reguladoras, Rey e Martínez (1989) afirmam que o próprio caráter sistêmico da personalidade determina que seus elementos e formações se integrem em diferentes configurações psicológicas de forma simultânea. Uma síntese reguladora poderia ser o chamado ‘afecto de inadequación’ (REY E MARTÍNEZ, 1989, p.29) que é a inter-relação necessária entre o almejado ou o nível de aspiração, artificialmente elevado, e a insegurança não consciente do sujeito em suas possibilidades.

Outra categoria desenvolvida por González Rey (1995) que compõe a subjetividade individual é o sujeito, entendido pelo autor como singular e único, que expressa uma rota diferenciada de produção de sentido subjetivo; que é ativo, vivo, presente, pensante, que se posiciona e produz sentidos subjetivos no próprio curso da atividade, fazendo com que uma experiência tenha significação. Assim, o sujeito é constituído pela personalidade e, simultaneamente, a constitui. E, ambos, sujeito e personalidade, são as formas mais complexas de organização da subjetividade individual.

González Rey (1995) define como sujeito “o indivíduo concreto, portador de personalidade que, com características essenciais e permanentes de sua condição, é atual, interativo, consciente e volitivo.” (REY, 1995, p.61)⁵

Martínez (1997), retomando as posições de Rey, afirma que “o sujeito é o indivíduo portador de uma personalidade que adquire uma capacidade volitivo-intencional que lhe permite a antecipação e a projeção de seus comportamentos.” (MARTÍNEZ, 1997, p.50). A autora apresenta o sujeito como um agente reflexivo e avaliativo, capaz de definir suas ações e propósitos, isto é, um sujeito constituidor da sua própria personalidade. O sujeito é concebido, dentro desta abordagem, como alguém que dimensiona, através de suas escolhas conscientes, a sua personalidade.

Continuando sua interpretação da teoria de Rey, Martínez assinala que “é o sujeito quem, em sua projeção e diante das situações enfrentadas, utiliza e atualiza seus recursos personológicos para comportar-se criativamente.” (MARTÍNEZ, 1997, p.51)

Quando tratamos o sujeito com todas essas características, podemos considerar que não existem personalidade e subjetividade, formadas em toda a sua amplitude nos primeiros anos de vida da criança. A personalidade, como abordada por esses autores, pressupõe uma intencionalidade e consciência do sujeito, impossíveis ao bebê. Assim, o bebê seria um sujeito em construção. Nessa perspectiva, o indivíduo alcança a condição de sujeito quando adquire capacidade de autodeterminação, de definir objetivos próprios e segui-los através de sua atividade volitiva, ou seja, a necessidade de seguir princípios pessoais, fato que só acontece mais tarde no ciclo vital da criança.

FORÇAS MOTRIZES DO DESENVOLVIMENTO

Ao tratar da questão do que pode interferir efetivamente no desenvolvimento da personalidade, Rey (1995) assinala aspectos importantes que acontecem no decorrer da vida do sujeito. Segundo esse autor, para se explicar como a personalidade humana se constitui, é necessário transitar nos sistemas através dos quais essa personalidade se desenvolve, reconhecendo, assim, o caráter integral das forças que participam desse processo. Nesse contexto, Rey privilegia três elementos dinamizadores no desenvolvimento da personalidade: a comunicação, o contexto social e as contradições.

CONTEXTO SOCIAL E COMUNICAÇÃO:

Rey (1995) afirma que, à medida que o indivíduo vai se desenvolvendo como sujeito psicológico, maior e mais complexa é a mediação subjetiva existente entre o ambiente social e o homem. Essa mediação se dá em dois níveis: o primeiro, num nível mais elementar, quando o sujeito tem menor controle intencional; o segundo é definido pelo aumento do espaço intencional do sujeito, que abraça os elementos do meio social que passam a ter um sentido psicológico para ele. O homem, em sua condição de sujeito (condição adquirida desde muito cedo e caracterizada pela intencionalidade e autodeterminação), não se subtrai, em nenhum momento, do espaço interativo de suas relações sociais, elemento inseparável de seu desenvolvimento.

Todavia, para se entender como os elementos do ambiente social atuam como força motriz do desenvolvimento da personalidade, é necessário deixar de conceber o social como externo e o subjetivo como interno. Nesse sentido, Rey (1995) entende que, compreendendo o significado do social, o indivíduo vai, através do seu sistema de representações, formando sua própria consciência. Utilizando sua própria capacidade de reflexão e de criar alternativas, o sujeito aceita, reavalia e reformula os elementos que a cultura oferece. “O social não produz um efeito linear na personalidade, mas se integra, em sua dimensão real, ao sistema de elementos que, a partir do sujeito, produzem um sentido psicológico particular.” (REY, 1995, p.77)

Outro aspecto importante relacionado ao papel do social no desenvolvimento da personalidade do indivíduo refere-se às vivências, definidas e estabelecidas pelo contexto social, que se tornam essenciais ao bem estar emocional do sujeito. A influência que estas vivências exercem são quase sempre não conscientes, mas se tornam essenciais para a formação das representações conscientes do sujeito.

Na primeira infância, as relações sociais têm repercussões emocionais sobre a criança que podem ser altamente destrutivas. Porém, a criança não tem completa consciência nem tampouco possui um rol de significações em relação a essas vivências, isto é, a criança não possui nenhum recurso para reestruturar o sentido psicológico desses impactos emocionais.

Sobre essa faixa etária, Rey afirma que

nas idades entre três e sete anos, a criança é muito mais consciente do sentido dos distintos eventos de seu meio e da valorização adulta; orienta sua intencionalidade para a busca de afeto e aprovação, vivências que nestas idades são essenciais para o desenvolvimento da auto-segurança, da independência e da criatividade. Unido à capacidade da criança para lutar pela aprovação adulta, se expressa uma tendência a representar de forma consciente os estados negativos associados à ausência de satisfação de suas expectativas, o que se converte em fonte de ansiedade, temor, insegurança e dependência (1995, p. 78)⁶.

Julgamos ser importante frisar que as características do social e da comunicação bem como sua influência na constituição da subjetividade variam, não só de acordo com os diferentes momentos históricos do desenvolvimento humano, mas também devidas às distintas características psicológicas das crianças e dos diferentes sentidos subjetivos produzidos. Apesar de não serem uniformes ou lineares o papel do social e o da comunicação, com suas variadas significações nos distintos momentos do desenvolvimento, estes papéis se mantêm de forma similar ao longo do processo.

Ainda com relação a criança pequena, Rey (1995) afirma que a comunicação inter-pessoal é uma condição para o desenvolvimento do sujeito e da personalidade nos primeiros anos de vida da criança. Isso não significa que seus efeitos sobre o indivíduo sejam absolutos, pois, mesmo nos primeiros anos, existem diferenças individuais que também interferem nessa formação. Na primeira infância, porém, existe um caráter generalizado das respostas do bebê. À medida que a personalidade e o próprio sujeito vão se desenvolvendo, aparece, cada vez mais, a realidade mediada pela subjetividade. A comunicação, que resulta da relação do sujeito com os outros, adquire um caráter personalizado, pois, no seu sentido subjetivo, o sujeito, que busca satisfação para suas necessidades individuais, desempenha um papel essencial.

A partir desta concepção teórica, é possível concluir que a comunicação pode aumentar a sensibilidade do sujeito sobre a realidade. Esta comunicação lhe permite incorporar elementos da realidade à esfera pessoal. Portanto, a relação comunicativa adiciona uma nova dimensão do real ao outro, por causa do sentido subjetivo que adquire para o sujeito concreto.

Nesse sentido, Rey afirma, que

a comunicação atua como força motriz do desenvolvimento, no entanto o sujeito ativamente implicado nela constrói novos aspectos de sentido, para os quais deve organizar respostas que estimulem e atualizem muitas de suas potencialidades, e cheguem a novas configurações de seus recursos subjetivos que o conduzem a níveis qualitativos diferentes em seu desenvolvimento. (REY,1995, p. 81)⁷

Para Rey (1995), o caráter da comunicação como força motriz do desenvolvimento da personalidade não está dado somente pelos novos elementos ou configurações que esse processo produz, mas também pelas mudanças que a comunicação estabelece sobre o sujeito psicológico na formulação de seus problemas e interrogações e na definição de esforços intencionais, aspectos essenciais para o desenvolvimento da personalidade. Para ele, o processo de socialização da criança se dá frente ao estabelecimento de verdadeiras relações de comunicação.

O primeiro passo na socialização da criança é o estabelecimento de uma profunda relação de comunicação com seus pais, através da qual, e como momento necessário desta, aparecem a assimilação de normas, a capacidade para concentrar-se, a capacidade

de interagir com o outro, de seguir instruções e muitos outros processos que simultaneamente evidenciam as possibilidades da criança de entrar em uma relação socializada. (Rey, 1995, p.81)⁸

A ausência dessa relação profunda de comunicação, ou seja, dessas relações socialmente bem constituídas, determina que essas crianças construam esse tipo de relação emocional na escola ou em outras situações. Em outras palavras, faz-se necessário que exista uma pessoa que estabeleça uma relação de comunicação individualizada com a criança. Não é raro observarmos que relações com um sentido emocional negativo estimulem recursos subjetivos nos sujeitos, assim como potencialidades intencionais, com o intuito de alcançar metas e superar tensões e ansiedades provocadas por estas relações.

AS CONTRADIÇÕES COMO FORÇAS MOTRIZES DO DESENVOLVIMENTO:

Rey (1995) afirma que existem contradições que, sem chegar a constituir uma crise, têm potencial para serem consideradas como forças motrizes do desenvolvimento. Este autor define contradições como sendo situações que exijam do sujeito uma resposta através da qual entram em jogo novos recursos que dêem lugar a uma mudança em sua configuração subjetiva.

O tipo de vivência que produz a contradição constitui, de fato, um elemento de desenvolvimento ou de dano para o sujeito. Este pode enfrentar vivências negativas que não consegue explicar e, através de uma atitude reflexiva, criar alternativas que o conduzam a um processo de busca permanente, construindo representações diversas sobre as quais mobiliza distintos recursos, modificando concepções e valores, reconstruindo representações anteriores, etc. No final, pode apresentar-se um novo momento qualitativo de seu desenvolvimento. (REY, p.84)⁹.

Desta forma, Rey (1995) entende que as contradições produzem mudanças podendo reconstruir elementos psicológicos. Devido a esta capacidade intencional de mudança, o sujeito é considerado agente ativo de novas contradições e promotor de seu próprio desenvolvimento. Por outro lado, as contradições que não se personalizam ou se convertem em objeto de atenção intencional do sujeito, transformam-se, quase sempre, em focos permanentes de tensão e mal-estar.

Martínez, tratando desta questão, afirma que

a subjetividade se apresenta como algo contraditório. Compreende-se que um indivíduo passa a ser simultaneamente moral e imoral, forte e fraco, profundamente agressivo e extremamente sensível, em dependência da articulação entre os sentidos subjetivos constituídos na sua história de vida e os momentos atuais relacionais de sua ação como sujeito. Reconhece-se, assim, a dificuldade de supor sempre uma ordem - no sentido de regularidade - na dinâmica altamente singularizada da subjetividade, o que sinaliza a impossibilidade de padronização na sua construção teórica. (MARTÍNEZ, 2005, p.17)

UNIDADES SUBJETIVAS DO DESENVOLVIMENTO

Como já temos falado, para Rey (1995), o desenvolvimento da personalidade transcorre dentro do sistema integral do sujeito psicológico e do meio social em que esse sujeito vive. Além da comunicação e das contradições, também configuram-se, no nível personológico, unidades que, de forma estável, implicam um conjunto de potencialidades do sujeito que se atualizam no próprio processo de configuração dessas unidades e convertem-se em recursos subjetivos estáveis da personalidade.

As unidades subjetivas do desenvolvimento são aquelas atividades ou relações da pessoa que comprometem seus recursos potenciais em um dado momento deste processo, e se configuram de forma estável no nível subjetivo, formando um verdadeiro sistema dinâmico de relações essenciais entre seus diferentes elementos. (REY 1995, p.88)¹⁰

Numa análise mais recente sobre as unidades subjetivas do desenvolvimento, Gonzalez Rey as define como “configurações subjetivas com a capacidade de integrar e estimular um conjunto de aquisições do desenvolvimento em determinados momentos da vida da pessoa.” (REY, 2004, p.18)

Gonzalez Rey continua, esclarecendo que podem existir outras configurações ou unidades subjetivas do desenvolvimento em um mesmo momento da vida da criança. Essas unidades representariam diferentes formas de atividade e de comunicação que caracterizam um determinado momento da vida do sujeito. O autor ainda esclarece que essas unidades são complexos sistemas de relações entre as pessoas, que acontecem em espaços institucionais onde estes relacionamentos tem lugar. Os espaços formariam “espaços de sentido que se tornam sensíveis para novas aquisições do desenvolvimento.” (REY, 2004, p.8)

Essas unidades representam uma síntese subjetiva de situações externas importantes que possuem um sentido para o sujeito. Elas são carregadas de recursos e elementos subjetivos que expressam uma potencialidade específica para se desenvolver através do envolvimento do sujeito nessas situações. Toda relação ou atividade estável que o sujeito mantém se expressa em uma configuração subjetiva da personalidade. No entanto, somente aquelas configurações que estimulam elementos ou formações suscetíveis de desenvolvimento, em um momento específico, podem ser consideradas unidades subjetivas de desenvolvimento. Isto é, nenhuma atividade alcança a condição de unidade subjetiva de desenvolvimento se não se conduz a uma configuração subjetiva que expresse a síntese do sentido psicológico que possui o sujeito. Outros elementos irão fundir-se em torno do sentido que a atividade possui para o indivíduo, realizando, assim, uma síntese psicológica.

Para se converter em unidade subjetiva do desenvolvimento, uma atividade deve ser vista como um processo integral que envolve um sistema e não como um conjunto de aquisições fragmentadas relacionadas a um conjunto de atividades isoladas. Estas não respondem a etapas universais, uma vez que os sistemas serão formados segundo a singularidade de cada sujeito. Assim, podem coexistir várias unidades subjetivas do desenvolvimento no mesmo sujeito em dado momento de sua vida, o que não necessariamente irá se apresentar em outra pessoa da mesma idade. Dessa forma, o indivíduo, em seu curso de desenvolvimento, vai se relacionando com o mundo social de acordo com produções diferenciadas de sentido. Na nossa pesquisa de doutorado (Mozzer, 2008), a atividade de contar e ouvir histórias pôde ser considerada uma

unidade subjetiva do desenvolvimento, principalmente quando tratamos da criança de seis anos. Já no caso da criança de três anos esse aspecto não ficou tão evidente.

Por essa razão, Rey (2004) enfatiza que o processo de formação das mencionadas unidades não se dá fora do sujeito psicológico concreto. Mas esse processo acontece dependendo das relações que o sujeito estabelece e das configurações subjetivas construídas num momento específico determinado. Para que uma atividade possa se converter em unidade subjetiva do desenvolvimento, deve reunir um conjunto de requisitos. O sujeito deve, em primeiro lugar, possuir certo grau de motivação, ainda que sejam necessários suportes externos para que ele consiga romper barreiras que dificultam seu envolvimento no novo sistema de atividades ou comunicação. Esse tipo de atividade e relações solicita do sujeito envolver-se com um alto nível de individualização, expressando sua iniciativa e criatividade de forma autêntica. Na realidade, essas atividades e relações precisam ter um profundo sentido pessoal para o sujeito.

SENTIDO SUBJETIVO

Vista como um sistema complexo de significações e sentidos produzidos nas interações estabelecidas na vida cultural, a subjetividade constitui-se de diversas formas e em diferentes situações da vida social. Assim, toda situação social se expressa nas emoções e nos processos significativos que se produzem nos sujeitos quando vivenciam essa situação. Rey define o que chama de sentido subjetivo como “a unidade inseparável dos processos simbólicos e as emoções num mesmo sistema, no qual a presença de um desses elementos evoca o outro, sem que seja absorvido pelo outro.” (REY, 2003, p.127)

Assim, na interpretação de Martinelli (2005), o sujeito, de acordo com suas emoções, constrói sentidos para as experiências vivenciadas, simbolizando-as de forma singular e única.

O conceito de sentido estaria, para Rey (2002), relacionado às emoções e à forma pela qual elas se organizam particularmente no sujeito. O sentido se configura na pessoa como uma formação psicológica que integra o cognitivo e o afetivo.

Em publicações mais recentes, Rey retoma o conceito de sentido subjetivo como

um tipo de atividade auto-organizada da subjetividade que se caracteriza por uma integração de significados e processos simbólicos em geral e de emoções, nas quais um elemento não está determinado pelos outros, embora tenha a capacidade de evocar os outros. (REY, 2004, p. 17)

E continua, afirmando que o sentido subjetivo expressa processos simbólicos e emocionais que legitimam uma realidade para o sujeito. O sujeito vive, então, uma realidade de sentido; uma realidade que ele ilusoriamente percebe como sendo real, mas é, na verdade, o ‘seu real’. Assim, o social se configura como uma produção de sentidos subjetivos.

O desenvolvimento, para Rey (2004), corresponde a um processo integral que acontece às voltas de sistemas de sentido subjetivo da pessoa e não de forma fragmentada segundo tipos de atividade e de áreas da vida. Não é possível, portanto, falarmos de desenvolvimento da moral, cognitivo, sexual, de forma isolada, muito menos falar de elaboração de programas de educação orientados para estas diferentes formas do desenvolvimento. Neste caso, segundo o autor, o próprio sujeito do desenvolvimento, na sua complexidade e singularidade, é desconsiderado.

Nas suas palavras, “o desenvolvimento é um processo integral do sujeito que compromete, de forma simultânea, diferentes formações da personalidade em configurações de sentido que implicam o crescimento da pessoa em variadas esferas de sua vida. (REY, 2004, p. 20)

Contudo, esse crescimento não se dá por acumulação de informações sobre um determinado tema, mas sim, pela produção de sentidos que influenciam a personalidade, que, entendida dessa forma, foge de qualquer possibilidade de estabilização. Sobre essa questão, Mitjans Martínez (2005), explicando o caráter irracional da subjetividade humana, entendida à luz da teoria em questão, afirma que

a categoria de sentido subjetivo, elaborada para representar uma das suas formas constitutivas, aponta para as formas complexas e altamente diferenciadas em que se integram o simbólico e o emocional na experiência e na *psique* humana, algumas das quais fogem de todo tipo de racionalidade e, conseqüentemente, das possibilidades de predição, inclusive de explicação (MARTINEZ, 2005, p.22).

Rey (2005) chama de configurações subjetivas a organização dos desdobramentos e entrelaçamentos dos sentidos subjetivos dos sujeitos. Assim, esses sentidos tomam formas distintas em configurações subjetivas diferentes.

Um aspecto que julgamos ser muito importante nessa concepção de subjetividade de Rey é o modo como nela articulam-se dialeticamente o individual e o social. Pois, tanto o senso comum como a maior parte das produções teóricas que tratam do conceito de subjetividade, utilizam-no voltado aos aspectos que caracterizam a individualidade e unicidade do sujeito, ou seja, o intrapsíquico. Ao contrário, o conceito de subjetividade assumido por Rey é simultaneamente social e individual e só pode ser entendido e estudado se considerarmos que na sua constituição existem processos contraditórios que se articulam um com o outro. Em outras palavras, a subjetividade se expressa na dialética entre o social e o individual.

SUBJETIVIDADE SOCIAL

Ao elaborar o conceito de subjetividade individual - como configuração dos processos de sentidos e significados que se organizam de diferentes formas e em níveis distintos no sujeito -, Rey (2005) complementa esse conceito, postulando que os processos de sentidos subjetivos também se organizam e estão presentes nos espaços sociais nos quais o sujeito atua. Assim, a subjetividade se expressa simultaneamente na condição de subjetividade individual e social. Os sentidos subjetivos não se configuram no sujeito apenas por sua experiência concreta, mas também devidos à forma pela qual se organizam os sentidos nos diferentes espaços da vida social da qual ele participa e por causa da forma pela qual esses sentidos afetam o próprio sujeito.

Assim, a subjetividade social, segundo Rey está “constituída tanto no sujeito individual, como nos diferentes espaços sociais em que este vive, sendo ambos constituintes da subjetividade” (REY, 2005, p.24). Segundo o autor, os diferentes espaços sociais de uma sociedade estão relacionados entre si em suas implicações subjetivas. Portanto, a subjetividade social está presente nas representações sociais das pessoas, nas crenças, nos rituais, nos mitos e também nos discursos e produções de sentido que formam sua organização subjetiva. Ao desenvolver este conceito, Rey se propõe

romper com a idéia muito arraigada até hoje nos psicólogos, de que a subjetividade é um fenômeno individual e apresentá-la como um sistema complexo que se produz de forma simultânea em um plano social e individual, independentemente de que em cada caso reconhecamos sua gênese histórico-social, quer dizer, que não está associada unicamente às experiências atuais de um sujeito ou instância social, mas à forma em que uma experiência atual adquire sentido e significação dentro da constituição subjetiva da história do agente de significação, que pode ser tanto social como individual. (REY, 2002, p.178)¹¹.

Assim, o social tem a sua dimensão subjetiva e não existe sem ela, da mesma forma que o sujeito psicológico é social, sendo essa interação com o social que o constitui como sujeito. Os mesmos aspectos objetivos que se articulam no funcionamento da sociedade, formando a subjetividade social, articulam-se na formação da subjetividade individual, “com a diferença que os processos de sentido nesse nível estão constituídos, de maneira diferenciada, pelos aspectos singulares da história das pessoas concretas.” (REY, 2002, p.24). É isso que define, em termos subjetivos, o caráter diferenciado de um comportamento numa mesma sociedade.

Nesse sentido, Rey (2002) esclarece que, a partir desse ponto de vista, os processos sociais deixam de ser externos ao indivíduo, como a noção de algo ‘objetivo’, em detrimento do ‘subjetivo’, que seria parte do sujeito. Estes processos sociais se convertem em “um sistema complexo, a subjetividade social, da qual o indivíduo é constituinte e, simultaneamente, constituído.” (Rey, 2002, p.178)

Nas palavras de Martínez (2005), na sua interpretação da teoria da subjetividade de Rey,

as subjetividades social e individual constituem-se mutuamente. Não é possível considerar a subjetividade de um espaço social desvinculada da subjetividade dos indivíduos que a constituem; do mesmo modo, não é possível compreender a constituição da subjetividade individual sem considerar a subjetividade dos espaços sociais que contribuem para a sua produção. (MARTÍNEZ, 2005, p.20)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir, então, que a subjetividade individual toma formas diferentes que dependem do contexto da subjetividade social no qual a atividade e as relações do sujeito acontecem. Assim, a subjetividade social atravessa permanentemente a individualidade, razão pela qual o sujeito pode gerar novos sentidos subjetivos segundo o espaço social em que a ação ocorre. É o que chamamos de processo de subjetivação da atividade, processo que, na nossa opinião, foi desconsiderado por Leontiev na sua teoria da atividade. (MALUF; MOZZER, 2000)

Mitjans Martínez (2005), ao explicar a teoria histórico-cultural da subjetividade, esclarece que devido à complexidade do seu próprio objeto, aos conceitos ainda em evolução e à atitude investigativa do autor, não podemos entender esta teoria como um sistema fechado. Nas palavras da autora,

o principal desafio para desenvolver e trabalhar com a Teoria da Subjetividade no momento atual é precisamente estudá-la, conhecê-la a fundo e enxergá-la como uma teoria em aberto, em processo. Como uma representação do psicológico que nos permite responder a muitas perguntas, também deixa em aberto interessantes questionamentos e

dúvidas para o trabalho criativo de construção teórica. Assim a subjetividade e complexidade aparecem articuladas mais uma vez. (MARTINEZ, 2005, p.22 e 23)

Questões e problemas como esses, constituem o assunto da concepção histórico-cultural da subjetividade. Certo número deles, como o leitor perceberá, é simplesmente o resultado de confusões e interpretações epistemológicas que, uma vez expostas, fazem desaparecer os problemas. Mas outros, como este artigo pretendeu mostrar, são um tanto mais difíceis de tratar; por isso, merecem estudo, conhecimento, questionamento e abertura epistemológica, tão difíceis à maioria de nossos pesquisadores.

ABSTRACT

The aim of this article is to salvage the discussion on the relationship between the individual/society, social/individual, internal/external in an effort to present a concept of subjectivity which tries to overcome this dichotomous relationship. Out of this context, the article discusses subjectivity as a historical process, covering topics such as personality, subject, social subjectivity and subjective meaning from a historical and cultural perspective.

Key-words: Historical and cultural Psychology. Subjectivity. Personality. Subjective meaning

NOTAS

¹ A tradução do espanhol é de nossa responsabilidade.

² Para conhecer ou aprofundar-se neste assunto, consultar: OCAMPO, M.L.S., ARZENO, M.E.G.e PICCOLO, E.G. *O Processo Psicodiagnóstico e as Técnicas Projetivas*, 1995.

³ A tradução do espanhol para o português é de nossa responsabilidade.

⁴ V. nota anterior

⁵ Idem.

⁶ Tradução do espanhol sob nossa responsabilidade.

⁷ Tradução do espanhol sob nossa responsabilidade.

⁸ Idem.

⁹ Tradução do espanhol para português sob nossa responsabilidade.

¹⁰ Tradução do espanhol sob nossa responsabilidade.

¹¹ Tradução do espanhol sob nossa responsabilidade.

REFERÊNCIAS:

FADIMAN, J. & FRAGER, R. *Teorias da personalidade*. São Paulo, HARBRA, 1986.

FIGUEIREDO, L. C. M. *Psicologia, uma introdução: uma visão histórica da Psicologia como ciência*. São Paulo, EDUC, 1991.

LEONTIEV, A. *O Desenvolvimento do Psiquismo*. Tradução de Manuel Dias Duarte. Lisboa: Livros Horizonte, LDA, 1978.

MALUF, M. R.; MOZZER, G. N. S. Operações com signos em crianças de 5 a 7 anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, vol.16, n.1, p.63-69, abr 2000.

MARTINELLI, S. S., *A criatividade no movimento: contribuições a partir da dança*. Número de folhas, 2005, Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

MARTÍNEZ, M. A. A Teoria da Subjetividade de Rey: uma expressão do paradigma da complexidade na psicologia. In REY, F. et al. *Subjetividade, Complexidade e Pesquisa em Psicologia*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

_____. *Criatividade, personalidade e educação*. Trad. Mayra Pinto. Campinas-SP: Papyrus Editora, 1997.

_____; SIMÃO, L.M. (orgs.). O outro e sua significação para a criatividade: implicações educacionais. In *O outro no desenvolvimento humano. Diálogos para a pesquisa prática profissional em psicologia*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

MOZZER, G. N. S. A criatividade na atividade de ouvir e contar histórias. *Tese de Doutorado* do Programa de Pós graduação em Psicologia da Universidade de Brasília/UnB, Brasília, 2008.

REY, F. L. G. *Psicoterapia, Subjetividade e Pós-modernidade: uma aproximação histórico-cultural*. Trad. Guilherme Matias Gumucio. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

_____. *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade*. Os processos de construção da informação. São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 2005.

_____. O sujeito, a subjetividade e o outro na dialética complexa do desenvolvimento humano. In MARTINEZ, A. M.; SIMÃO, L.M. *O outro no desenvolvimento humano*. São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 2004.

_____. *Sujeto y Subjetividad - uma aproximación histórico cultural*. México: Thomson, 2002.

_____. Subjetividad social y proceso de construcción de conocimiento. *Revista Educación*. La Habana, Cuba, n.94, Mayo/Ago, 1998.

_____. *Psicología de la personalidad*. Ciudad de La Habana: Pueblo y Educación, 1995.

_____; MARTÍNEZ, A. M. (1989) *La personalidad su educación y desarrollo*. Ciudad de La Habana: Pueblo y Educación, 1989.

- * -

Geyza Nunes de Souza Mozzer é doutora em Psicologia pela UNB e professora da Faculdade de Educação da UFG. E-mail: geisamozzer@hotmail.com